

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	7
EDITORIAL RT 1047.....	9

DOCTRINA

ADMINISTRATIVO

A ouvidoria no governo digital <i>The ombudsman in the digital government</i> RODRIGO SANTOS NEVES e ADRIANO SANT'ANA PEDRA.....	21
--	----

CIVIL

Da teoria contratual clássica à sua reformulação: o mercado como contexto do contrato <i>From the classical theory of contract to its reformulation: the market as the context of the contract</i> RODRIGO USTÁRROZ CANTALI	37
O adimplemento visto sob a perspectiva da obrigação como processo <i>The performance seen from the perspective of the obligation as a process</i> DANILO SANCHEZ PACHECO.....	61

CONSTITUCIONAL

Mistanásia e responsabilidade estatal <i>Misthanasia and state responsibility</i> VITÓRIA CORDEIRO BENVENUTTI CASTRO	85
A reserva do possível: entre o direito econômico e a dignidade da pessoa humana na saúde em tempos da pandemia da Covid-19 <i>Reservations with respect to what is possible: between economic law and human dignity in health in Covid-19 pandemic times</i> RICARDO DOS SANTOS CASTILHO, DANIEL MAGALHÃES ALBUQUERQUE SILVA e CLEIDE APARECIDA VITORINO	113
Arquétipo constitucional do imposto sobre grandes fortunas <i>Constitutional archetype of the tax on large fortunes</i> SERGIO RICARDO FERREIRA MOTA	131

DIGITAL

- O ônus da prova na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
The evidence charges in Brazilian Personal Data Protection General Act
OSCAR VALENTE CARDOSO 161
- A banalização do consentimento e a consequente fadiga dos cliques
Banalization of consent and the consequential fatigue of clicks
JULIANA ABRUSIO 177

PREVIDENCIÁRIO

- O conflito previdenciário judicializado: um estudo analítico
The social security conflict in court: an analytical study
ROBERTO LUIS LUCHI DEMO 189

PROCESSO CIVIL

- Negócio jurídico processual e a coisa julgada: limites e possibilidades de sua
formulação pelas partes
*Procedural legal agreement and res judicata: limits and possibilities of its formulation
by the parties*
FREDERICO PINHO 213
- Uma proposta necessária de flexibilização do momento de estabilização objetiva da
demanda no processo civil brasileiro
*A necessary proposal for flexibility of the moment of objective stabilization of demand
in brazilian civil procedure*
FERNANDO SILVA MOREIRA DOS SANTOS e LUIZ FERNANDO DE ORIANI e PAULLILLO 237

PROCESSO PENAL

- A adoção de institutos de justiça negocial nos países de tradição romano-germânica
enquanto resultado cultural e da visão holística do sistema criminal
*The adoption of business justice institutes in countries with a roman-germanic
tradition as acultural result and a holistic view of the criminal system*
GALTÊNIO DA CRUZ PAULINO 263

PROCESSO DO TRABALHO

- A tutela provisória do CPC/2015 aplicada ao direito processual do trabalho: a tutela
antecipada em caráter antecedente e a tutela de evidência como formas de
proteção tempestiva do empregado estável à luz do princípio do acesso à justiça
*The provisional guardianship of CPC/2015 applied to procedural labor law: advance
protection in an antecedent character and the protection of evidence as forms of
timely protection of the stable employee in the light of the principle of access to
justice*
CLÁUDIO JANNOTTI DA ROCHA, PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO NETO, GABRIEL DE OLIVEIRA
COELHO SANTANA e JOÃO VITOR CRUZ DE CASTRO 292

TRIBUTÁRIO

O dever fundamental de recolher ICMS e o crime de apropriação indébita nos termos do entendimento vinculante do Supremo Tribunal Federal: a excludente de culpabilidade em razão da excepcionalidade epidêmica

The fundamental duty to collect ICMS and the crime of misappropriation in terms of the binding understanding of the Supreme Federal Court: the excluding liability due to epidemic exceptionality

ANTÔNIO DE PÁDUA MARINHO MONTE e DAURY CESAR FABRIZ 311

NOTA

Advogado devedor de pensão alimentícia não possui direito a ser recolhido em sala de Estado-Maior de acordo com a Segunda Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ) – Análise jurisprudencial

ALVARO DE AZEVEDO GONZAGA e FELIPE LABRUNA 329

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- É inconstitucional norma que prevê a incidência do IR sobre pensões alimentícias, uma vez que os valores não constituem acréscimo patrimonial.

ROLF MADALENO 341

- É formalmente inconstitucional lei estadual que proíbe planos de saúde de restringir tratamentos para pessoas com autismo, pois trata-se de matéria de competência privativa da União.

MARIA STELLA GREGORI 359

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Majorado o valor dos honorários advocatícios de sucumbência arbitrados em ação de indenização por danos morais por uso indevido de imagem em reportagem jornalística.

GUSTAVO OSNA 359

- Recusa de cobertura por plano de saúde para tratamento médico de recém-nascido, na hipótese de ele não ter sido inscrito como beneficiário, é indevida e fere os princípios contratuais e os direitos da pessoa humana.

ALENCAR FREDERICO MARGRAF e WELINGTON MATTIA DE CAMARGO 378

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- Leis estaduais sobre doações e heranças no exterior são inconstitucionais..... 405

- É constitucional o ajuste de cálculo do auxílio-invalidez para militares, em razão dos princípios da legalidade e da irredutibilidade dos vencimentos..... 416

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Provas obtidas em busca pessoal motivada apenas por antecedente criminal do suspeito são nulas. 421
- Passe livre no transporte coletivo interestadual para pessoas com deficiência não se estende ao transporte aéreo, em razão da ausência de regulamentação própria e da previsão de contrapartida financeira. 425
- Fixação de tese repetitiva em que o arrolamento sumário, homologação de partilha e adjudicação de bens não exigem prévio recolhimento do ITCMD. 436

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Farmacêutica assaltada quatro vezes em 14 dias na drogaria em que trabalhava tem direito à rescisão indireta do contrato e à indenização por danos morais, em razão do trauma sofrido. 441

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- Presidente da República candidato à reeleição é condenado a se abster de utilizar em sua campanha eleitoral imagens captadas em discurso proferido durante funeral em viagem internacional oficial. 447

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- Fixação da DIB da aposentadoria por invalidez que deve ser considerada a partir da data da comprovação da incapacitação para o trabalho. 453

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE

- Caracterizado o crime de coação no curso do processo quando o apelante usa a grave ameaça com o fim de favorecer interesse próprio, contra pessoa chamada a intervir no processo judicial. 457

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

- Mantida a condenação de empresas por danos morais e estéticos sofridos por cliente em festa, causados por estilhaço que geraram sequela permanente no rosto. 461

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- Ex-companheiro deve pagar auxílio financeiro para despesas com cães adotados, ainda que unilateralmente. 465

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas. 469
- Índice de Autores 473

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 477